

ASS. LOUSTR. PRO-AM  
**Planalto tenta evitar "rebelião" no Congresso**

FOLHA DE SÃO PAULO

24 JAN 1987

TADEU AFONSO  
Enviado especial a Brasília

Neutralizar uma possível "rebelião" no Congresso constituinte, que se instala a 1º de fevereiro, e evitar que os novos parlamentares, julgando-se livres e soberanos pelo mandato que receberam, comecem a invadir a competência do Executivo, querendo dividir o comando da política econômica com o governo. Foram esses os objetivos do presidente Sarney ao propor a malograda trégua social entre sindicatos e empresários. Agora, vem o pacote econômico de choque e, com isso, o presidente pretende demonstrar ao Congresso constituinte que continua comandando o Executivo e tendo o governo sob controle.

Ao propor a trégua, o presidente deu o primeiro passo para mostrar que o governo deixou o canto do ringue em que se encontrava desde o começo do ano, acuado pela ameaça de hiperinflação e protestos trabalhistas. Se o governo continuasse perplexo e paralisado, a tendência do Congresso constituinte seria a de ocupar os espaços tradicionalmente da competência do Executivo. Esse é o receio que existe no quarto andar do Palácio do Planalto, onde se localizam os Gabinetes Civil e Militar e o SNI.

O que Sarney deseja é evitar o bater dos bumbos dentro do plenário do Congresso constituinte reclamando a suspensão do pagamento da dívida externa, um aumento substancial do salário mínimo ou outras medidas que os parlamentares poderiam impor ao Executivo, arranhando a imagem interna do governo e prejudicando-a externamente.

Segundo o raciocínio do quarto andar do Planalto, muitas medidas que poderiam ser propostas no Congresso constituinte — como a suspensão do pagamento da dívida externa — não seriam exequíveis, mas suficientes para acuar a administração federal e desgastar o presidente Sarney.

O Gabinete Civil da Presidência não tinha ainda ontem uma idéia do que poderá ser a bancada de Sarney no Congresso constituinte. Esse levantamento só estará concluído em meados de fevereiro. Isso porque a renovação parlamentar foi grande nas eleições de novembro do ano passado, chegando a ultrapassar 60% das cadeiras.

Mas já há alguns critérios. Assim, eleitos sem uma tradição de militância político-partidária, mas com grande votação, tendem a ser considerados "lobbistas". Segundo funcionários do Gabinete Civil, estes serão os mais difíceis de ficarem sob controle porque defenderão seus inte-

resses específicos. Pouco vai lhes importar se o Brasil será presidencialista ou parlamentarista.

**"Estouro da boiada"**

Um receio também do Planalto é o de que uma grande maioria de parlamentares eleitos de centro, mas sem militância política, possa correr para um dos extremos se o governo não encontrar, antes de 1º de fevereiro, uma saída para a crise econômica. No interesse de definir seus espaços políticos, tenderão a agir individualmente. Poderia ser o "estouro da boiada" — do centro para a esquerda ou a direita — que o governo quer evitar.

De qualquer jeito, o governo agirá antes de 1º de fevereiro. Até agora, já obteve uma vitória: neutralizou os bumbos que já poderiam estar batendo esta semana em Brasília e com mais estridência, a partir da próxima segunda-feira, quando os parlamentares começarão a chegar ao Planalto Central para tomar posse. E desviou as atenções, que poderiam estar se concentrando sobre o Congresso, para o gabinete do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Assim, enquanto Pazzianotto discutia uma difícil trégua entre sindicatos e empresários, os parlamentares debatiam a composição da Mesa do Congresso constituinte, onde disputam cargos de liderança.